

PROJETO

“Falar Português

- Reestruturação Curricular do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste”

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES

2010 - 2013

Isabel P. Martins

Ângelo Ferreira

Universidade de Aveiro

30 julho 2013

ÍNDICE

A – NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
B – ATIVIDADES REALIZADAS EM 2013.....	5
1. Coordenação executiva geral	7
1.1. Elaboração de Recursos Didáticos para 12.º ano.....	7
1.2. Desenho Técnico dos Recursos Didáticos.....	7
1.3. Articulação UA – ME-RDTL	9
1.4. Missão Técnica em Timor-Leste.....	10
2. Elaboração de Manuais e Guias para 12.º ano de escolaridade	17
3. Acompanhamento do Projeto.....	21
C – RESULTADOS ALCANÇADOS	22
1. Resultados alcançados em 2013	22
2. Resultados alcançados com o Projeto.....	23
D – CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
Agradecimentos	33

Anexo I – Equipa completa

Anexo II – Produtos do Projeto - Programas, Manuais e Guias

Anexo III - Testemunhos de Autores sobre a participação no Projeto

Anexo IV - Outros dados sobre a Equipa de Autores

Anexo V - Publicações e Comunicações

A – NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Relatório destina-se a dar cumprimento ao especificado no Documento de Projeto aprovado pelo Fundo da Língua Portuguesa em particular fornecendo indicadores que permitam às entidades de coordenação externas à Universidade de Aveiro, a saber, Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP (CICL), retirarem elementos para ajuizarem sobre a forma como o Projeto se desenrolou ao longo do seu período de vigência. De acordo com o n.º 3, Secção IV, Anexo I do Acordo de Cooperação entre a FCG e a UA, celebrado em 21 de julho de 2010, este Relatório apresenta e comenta as atividades realizadas em 2013 e assume ainda o formato de Relatório final de execução do Projeto. Trata-se, portanto, de um documento de apresentação do processo seguido ao longo do desenvolvimento do Projeto, 2010 – 2013, dos resultados finais alcançados, bem como de reflexão sobre implicações de tais resultados para o sistema educativo de Timor-Leste.

Conforme propósito explicitado no Documento de apresentação, o Projeto *Falar Português - Reestruturação Curricular do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste* visa apoiar o Ministério da Educação de Timor-Leste na reforma do Ensino Secundário Geral (ESG). Para isso, dever-se-ia proceder à elaboração do *Plano Curricular do Ensino Secundário Geral* e para todas as disciplinas previstas e da responsabilidade da equipa executiva da Universidade de Aveiro, elaborar-se-iam os respetivos *Programas*, recursos didáticos para alunos – *Manual do Aluno*, e recursos didáticos para professores – *Guia do Professor*, para os três anos de escolaridade do ESG. Para que estes propósitos pudessem ser alcançados foram constituídas equipas disciplinares com competências científicas específicas e relacionais que desenvolveram, de forma articulada umas com as outras e de ano para ano, os produtos esperados. Para avaliar a adequação dos produtos foram previstas e realizadas missões técnicas em Timor-Leste de apoio, acompanhamento e coordenação, durante as quais se apresentaram aos responsáveis políticos, professores e outras entidades timorenses os produtos elaborados, bem como os que se encontravam em fase de construção, com vista a recolher indicadores que permitissem o seu enriquecimento e melhor adequação ao contexto de Timor-Leste. No caso particular de Programas, Manuais e Guias pretendia-se que equipas homólogas timorenses, designadas pelo Ministério da Educação, pudessem ter uma intervenção ativa de colaboração com a equipa portuguesa com vista a dar um contributo efetivo nos produtos finais. Os documentos a preparar ao longo do período de duração do Projeto, a saber, Plano Curricular, Programas das disciplinas, Conteúdos e *layout* dos Manuais e Guias deverão ser aprovados pelo Ministério da Educação. O Projeto deveria estar concluído em março de 2013. Razões de natureza técnica

devidamente justificadas levaram a solicitar à FCG o prolongamento do prazo de execução por noventa dias.

Conforme o Documento de Projeto apresentado ao Fundo da Língua Portuguesa e aprovado, o projeto tem a coordenação geral da Fundação Calouste Gulbenkian, a qual juntamente com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (presentemente Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP) asseguraram os contactos com as entidades parceiras em Timor-Leste e realizaram algumas missões conjuntas com a equipa executiva da Universidade de Aveiro, conforme explicitado nos Relatórios de Missão e nos Relatórios Anuais de Atividades, a saber, em junho 2010, novembro 2010, junho-julho 2011 e maio-junho 2012.

As atividades realizadas em 2013, descritas e comentadas no presente Relatório, beneficiaram do conhecimento construído ao longo dos anos anteriores de vigência do Projeto, 2010 – 2012, descritas e comentadas nos Relatórios Anuais de Atividades de 2010, 2011 e 2012. Também os Relatórios das Missões técnicas realizadas em Timor-Leste, duas em 2010, duas em 2011 e duas em 2012, contêm elementos informativos que ajudam a compreender modos e processos de articulação entre a equipa executiva da Universidade de Aveiro e as equipas homólogas e responsáveis educativos de Timor-Leste.

O trabalho aqui reportado ao ano de 2013 refere-se ao que decorreu após o descrito no Relatório Anual de 2012, pelo que quando tal se configurar como necessário será feita a referência respetiva.

Cumpre-nos salientar um aspeto de enorme importância para a elaboração do Documento de Projeto, quer no que respeita ao seu conteúdo, quer para a consciencialização da equipa executiva sobre a realidade e carências de Timor-Leste. A Missão exploratória de julho 2009, financiada pela FCG e apoiada pelo IPAD, a qual permitiu a deslocação da futura equipa de coordenação executiva, Isabel P. Martins e Ângelo Ferreira, e de outra Professora da Universidade de Aveiro, Gillian Moreira, permitiu compreender de forma absolutamente ímpar o contexto de Timor-Leste e as suas carências, em particular no domínio da educação, através de contacto direto com muitos responsáveis políticos, técnicos do Ministério da Educação, entidades da sociedade civil e religiosa, visitas a Escolas Secundárias públicas e privadas, e reuniões com professores. Esta missão, anterior ao Projeto merece, pois, o devido destaque e agradecimento a todos quantos se envolveram na sua planificação e contribuíram para a sua concretização.

B – ATIVIDADES REALIZADAS EM 2013

Esta Secção do presente Relatório está organizada segundo a estrutura do Plano de Atividades para 2013, de modo a facilitar a avaliação do que foi feito por referência ao que estava previsto no Documento de Projeto, com as alterações decorrentes já relatadas nos Relatórios Anuais de Atividades de 2010, 2011 e 2012.

Assim, e para o ano 2013, as atividades desenvolvidas referem-se ao trabalho de coordenação científica geral do Projeto, ao trabalho especializado realizado no âmbito das equipas disciplinares para a elaboração de Manuais e Guias para o 12.º ano de escolaridade, ao acompanhamento da coordenação das equipas técnicas de Designers para paginação e formatação de Manuais e Guias, à planificação e realização da Missão técnica final em Timor-Leste, a reuniões periódicas da Coordenação executiva com as Entidades responsáveis pelo Projeto, a FCG enquanto responsável pela gestão e coordenação geral, e o Camões, IP.

Cronograma de atividades

O cronograma de atividades previsto para 2013 decorreu do Documento de Projecto (DP) submetido pela Fundação Calouste Gulbenkian ao Fundo da Língua Portuguesa (FLP), reajustado face aos resultados alcançados em 2010 - 2012 e às alterações de programação solicitadas pelo Senhor Ministro da Educação de TL em 2010 (introdução das disciplinas de *Geologia* e *Economia e Métodos Quantitativos*). O Plano de trabalho desenvolvido ao longo do período de vigência do Projeto contemplou, e por esta ordem, a elaboração do Plano Curricular do ESG, em 2010; a elaboração do bloco didático – Programas, Manuais e Guias para 10.º ano, em 2011; a elaboração dos Programas completos das 14 disciplinas, em 2011; a elaboração dos recursos didáticos, Manuais e Guias, para 11.º ano, em 2012; a elaboração dos recursos didáticos, Manuais e Guias, para 12.º ano, finalizada em 2013.

Com vista a dar cumprimento integral ao Acordo de Cooperação FCG-UA, o plano de trabalho para 2013 prevê atividades de Coordenação executiva do projeto, elaboração de Manuais e Guias para o 12.º ano e respetivo desenho técnico.

Conforme referido em Relatórios anteriores, a decisão do ME-RDTL de dar início ao 10.º ano de escolaridade no ano letivo de 2012 (janeiro 2012), criou um novo desafio à equipa de autores e sua coordenação executiva. Julgava-se ser possível recolher elementos no terreno sobre a utilização de Programas, Manuais e Guias de 10.º ano por professores e alunos e, conseqüentemente, enriquecer as propostas de recursos, Manuais e Guias para 12.º ano, decorrente desta avaliação prática sobre o 10.º ano. Note-se que a exigência do calendário imposto não permitiria que o impacto do 10.º ano se repercutisse sobre o 11.º mas, apenas, sobre o 12.º ano. O relatório de missão de maio – junho de 2012, relata a avaliação feita pela equipa de missão sobre o início da implementação do novo plano curricular e o relatório da missão de outubro do mesmo ano, realizada pela coordenação executiva, aponta indicadores sobre o trabalho nas escolas, na segunda parte do ano letivo 2012, os quais se transcrevem aqui, dada a sua relevância para a compreensão do processo de implementação em curso.

[...] A implementação do ESG em 2012 sofreu apreciáveis limitações: a distribuição de Programas, Manuais e Guias pelas escolas só aconteceu em abril e ocorreu de forma irregular. Durante o primeiro trimestre, os professores seguiriam programas e materiais antigos, tendo a transição para o novo Currículo ficado à consideração de cada responsável de Escola. Em geral, a transição operou-se no início do 2.º trimestre, mas sem formação de professores. Houve, no entanto, escolas que consideraram não ser adequado fazer a transição com o ano letivo a decorrer. Verifica-se, assim, que haverá, em 2013, alunos que irão frequentar o 11.º ano sem terem tido o correspondente Currículo do 10.º ano. Verifica-se também que, em geral, as escolas não dispõem de infraestruturas (Laboratórios, Bibliotecas) para aplicação das metodologias de ensino e de aprendizagem preconizadas no novo Currículo do ESG. A impressão de Manuais e Guias de 11.º ano ainda não tinha sido iniciada [em Outubro de 2012]. Tendo os Recursos Didáticos (Manuais e Guias) sido entregues ao ME-RDTL em maio de 2012, não é compreensível este atraso. É muito importante para o funcionamento do ano letivo que os materiais sejam distribuídos aos professores com antecedência para que sobre eles se possam preparar. A impressão de Manuais e Guias deverá seguir as especificações técnicas apresentadas pela coordenação da equipa de autores [...]

Descrição das atividades

As atividades previstas para 2013, reajustadas face aos resultados alcançados até 31 dezembro 2012, foram realizadas, embora se tenha verificado algumas condicionantes na conclusão dos Manuais e Guias para 12.º ano, conforme se referirá nas secções próprias.

1. Coordenação executiva geral

Nesta secção pretende-se relatar de que modo a coordenação executiva organizou, dirigiu e acompanhou os trabalhos desenvolvidos pelos diversos intervenientes de modo a garantir a concretização das etapas previstas para conclusão do Projeto.

1.1. Elaboração dos Recursos Didáticos para 12.º ano

As equipas disciplinares prosseguiram as tarefas iniciadas em 2012, elaboração dos Manuais e Guias para 12.º ano, sem alteração da sua composição quanto a autores, conforme referido no Relatório Anual de 2012, mas incluindo colaboradores para desempenho de tarefas específicas, nalguns casos. Os Manuais do Aluno e Guias do Professor para 12.º ano, e para todas as disciplinas, foram concluídos. A equipa de Designers encarregou-se da respetiva paginação e ilustração, tendo a empresa *Esfera Crítica Unipessoal, Lda.* assegurado a coordenação e coerência do Projeto gráfico no seu todo. O *layout* utilizado para Manuais e Guias de 12.º ano seguiu o modelo das obras correspondentes para 10.º e 11.º ano, utilizando-se nas capas elementos distintivos mas mantendo-se o critério de “coleção didática”.

O contacto da Coordenadora executiva e Coordenador-adjunto com as equipas disciplinares foi continuado ao longo do período de preparação dos Manuais e Guias para 12.º ano, em particular no apoio a questões específicas. Neste caso está a recolha de dados sobre Timor-Leste e ou a sua validação, a identificação de fontes e interlocutores que poderiam disponibilizar informação, a recolha de fotografias a usar na ilustração de Manuais e Guias, o pedido de autorização para a sua utilização a título gratuito ou por aquisição das mesmas quando tal não foi conseguido. Este processo foi particularmente moroso e exigiu por vezes muita diplomacia quando estava em causa a reprodução de fotografias ou textos de autores portugueses e outros.

Realizaram-se reuniões com Coordenadores de disciplina, ou seus representantes, para acerto de procedimentos sobre paginação dos Manuais e Guias e ou aspetos particulares, sempre que os mesmos foram considerados pertinentes.

A apresentação dos Manuais e Guias para 12.º ano far-se-á em secção própria deste relatório.

1.2. Desenho Técnico dos Recursos Didáticos

O desenho técnico de Manuais e Guias foi um aspeto ao qual prestámos especial atenção e foi devidamente analisado e acordado com a FCG. Cedo houve a consciência de que não havendo experiência sobre a elaboração de recursos didáticos em Timor-Leste para apoio à concretização de programas próprios, seria necessário apresentar os documentos em formato editável, já devidamente paginados e formatados, prontos para impressão. Assim, a Coordenação técnica executiva discutiu com a Coordenação Geral da FCG os seguintes aspetos: (i) Formato - tendo em conta práticas atuais em diversos países optou-se pelo formato A4; (ii) Dimensão / extensão dos Manuais – considerando a necessidade de homogeneizar a dimensão dos Manuais e evitar que aos olhos dos alunos e dos professores umas disciplinas pudessem parecer mais importantes do que outras, estabeleceu-se que cada Manual deveria ter cerca de 150 páginas; (iii) Dimensão / extensão dos Guias – razões da mesma natureza levaram a considerar adequado 80 a 100 páginas para cada Guia de Professor (note-se que neste caso houve necessidade de atender à especificidade das disciplinas no que respeita a orientações didáticas; por exemplo, para disciplinas como Matemática, Física e Economia & Métodos Quantitativos) os professores timorenses das equipas homólogas solicitaram que houvesse muitos exercícios resolvidos para apoio às práticas letivas); (iv) Estrutura dos Manuais e Guias – organização idêntica das secções integrantes respeitando, no entanto, especificidades de cada disciplina.

Embora a dimensão dos Manuais e Guias tivesse sido um aspeto ao qual se prestou particular atenção foi necessário nalguns casos considerar uma margem de tolerância no número de páginas, 10 – 20%, condição que se acentuou no 12.º ano. Com efeito, tratando-se de um projeto para um ciclo completo de estudos, os Manuais de 12.º ano procuraram colmatar lacunas identificadas nos anos anteriores de modo a melhor completar a formação dos alunos. A paginação de todas as obras foi feita por Designers recrutados para o efeito através de edital público. A seleção e seriação dos candidatos foram conduzidas pela *Esfera Crítica Unipessoal, Lda.* a qual acompanhou e coordenou todo o processo. Na maioria das disciplinas os mesmos Designers desenvolveram o trabalho para uma dada disciplina. Foi também a *Esfera Crítica Unipessoal, Lda.* que se responsabilizou pela formatação final e explicitação de todas as especificações técnicas a incluir nos documentos a entregar ao ME-RDT, para efeitos de impressão gráfica.

1.3. Articulação UA – ME-RDTL

A articulação entre a equipa da Universidade de Aveiro e o Ministério da Educação da República Democrática de Timor-Leste (ME-RDTL) foi um aspeto ao qual continuámos a dar grande atenção. As Missões realizadas em 2010, 2011 e 2012 evidenciaram que tal articulação seria fundamental para levar o Projeto a bom termo, isto é, produzir propostas que fossem reconhecidas com valor pelos destinatários. Embora tivessem terminado em 2012 as missões técnicas envolvendo membros das equipas disciplinares, a Coordenação manteve contacto com a DNCAE com vista a acompanhar a resolução das questões pendentes sobre a preparação do lançamento do 11.º ano e a segunda edição do 10.º ano, tal como tinham sido identificadas na Missão técnica de outubro 2012.

O novo ano letivo teve início em janeiro de 2013 sem que as Escolas dispusessem de condições e materiais (Programas, Manuais e Guias) para implementar o 11.º ano. Também não tinha havido reforço de materiais para 10.º ano, apesar das limitações identificadas quanto ao número de exemplares de Programas, Manuais e Guias impressos e distribuídos em 2012. Além disso, a formação de professores para a lecionação dos novos Programas era muito insuficiente e com enormes limitações.

Constatámos, assim, enormes carências de funcionamento do 10.º e 11.º ano, as quais ainda não estavam supridas em junho de 2013, conforme verificado durante a missão da Coordenação executiva (ver secção 1.4).

Consciente destas limitações a Direção Nacional de Currículo e Avaliação Escolar emitiu uma Circular, N.º 37/DNCAE/III/2013, datada de 11 de março 2013, assinada pelo Diretor Geral da Administração Escolar, Inovação e Desenvolvimento Curricular e pelo Diretor Nacional do Currículo e Avaliação Escolar, determinando que *“se proceda à continuação da lecionação dos conteúdos do 10.º ano que não chegaram a ser trabalhados no ano letivo 2012. Determina-se igualmente que as escolas que não adotaram o novo currículo do Ensino Secundário geral no ano letivo de 2012 o façam no presente ano letivo de 2013 e procedam à distribuição dos respetivos materiais escolares pelos professores e alunos”*. A Circular termina informando que *“equipas do Ministério da Educação, devidamente identificadas, se deslocarão aos estabelecimentos de ensino, no sentido de fazer um levantamento exaustivo das condições de trabalho nas escolas e das facilidades disponíveis nas mesmas”*.

Apesar da equipa de missão ter procurado saber o resultado da aplicação desta Circular, não foi possível apurar se ela tinha chegado a todas as Escolas e qual era, à data da Missão, o retrato da situação referente à implementação do novo Currículo do ESG.

A coordenação executiva constatou enormes dificuldades do ME-RDTL para implementar o novo Plano de Estudos. Os alunos matriculados no 11.º ano não estão a seguir os Programas de 11.º ano, não existem Manuais impressos, os Professores não dispõem de Programas, Manuais e Guias.

Além disso, sendo da responsabilidade das direções de escola a distribuição de serviço docente, aconteceu em muitos casos que os professores que lecionaram em 2012 o 10.º ano de escolaridade e tinham tido alguma formação para tal, incluindo alguns deles a frequência do curso na Universidade de Aveiro em 2011, foram deslocados para outras disciplinas. Esta decisão prejudica a implementação do novo Currículo e poderá desmotivar os professores sobre a importância da formação.

1.4. Missão Técnica em Timor-Leste

De 11 a 22 de junho de 2013, a Coordenação executiva do Projeto “Falar Português” realizou a missão final prevista no Documento de Projeto, aproveitando conciliar a deslocação com objetivos próprios de acompanhamento e supervisão do Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores (PFICP), da responsabilidade do INFORDEPE, protocolado com a Universidade de Aveiro. Dado a articulação entre ambos os projetos, a coordenação executiva do primeiro procurou rentabilizar atividades previstas no PFICP, de modo a caracterizar melhor aspetos positivos, limitações e constrangimentos da implementação do 10.º e 11.º ano e, ainda, de preparação do lançamento do 12.º ano.

No que respeita ao Projeto ‘Falar Português’ a Missão tinha como finalidade entregar os últimos produtos concebidos – Manuais para Alunos e Guias de Professor, para 12.º ano e para todas as disciplinas. Todos os documentos foram entregues em formato digital, pronto a ser impresso, ao Senhor Vice-Ministro do Ensino Secundário e os Manuais em formato impresso (versão provisória visto a Ficha técnica não estar completa) ao Senhor Ministro da Educação.

Pretendíamos também conhecer a atitude e perceção dos responsáveis políticos sobre os resultados do Projeto e sua importância para o sistema educativo de Timor-Leste.

Tal como nas Missões anteriores, também esta se revestiu de grande importância no que respeita a fazermos o ponto de situação sobre a implementação do novo Currículo do ESG, identificação de dificuldades e constrangimentos, auscultação de sensibilidades sobre Programas e Recursos Didáticos produzidos, reforço das decisões tomadas pelas equipas de autores e aumento da visibilidade do Projeto na sociedade Timorense. Para isso tivemos reuniões com interlocutores diversos e, conforme as suas funções, enfatizámos aspetos particulares dos nossos pontos de vista.

No âmbito do Projeto do ESG, o ponto alto da Missão consistiu na realização de uma cerimónia formal, mediada pela Embaixada de Portugal em Díli, coberta pela comunicação social (TVTL, Agência Lusa e RTP), visando a entrega formal ao Ministro da Educação dos Manuais do ESG, feita pelo Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal. Estiveram presentes várias dezenas de convidados, os quais acompanharam os discursos dos diversos oradores: Diretor Nacional do Currículo, Coordenadora executiva do Projeto 'Falar Português', Coordenador Geral do Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores, Doutor António Jorge Cabral em representação da Fundação Calouste Gulbenkian, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal e Ministro da Educação de TL. Após os discursos o Senhor Secretário de Estado de Portugal formalizou o ato entregando em mão e simbolicamente ao Senhor Ministro da Educação, três dos 42 Manuais, um de cada um dos anos de escolaridade. Todos os Manuais, 42 no total, estavam expostos numa mesa preparada para o efeito. A peça preparada pela Lusa pode ser visionada em <http://videos.sapo.tl/Wuu8D8tzUHJ3Z8PB8lzz>

Durante a Missão foram estabelecidos contactos e realizadas reuniões para clarificação do ponto de situação do Projeto, relativamente aos produtos finalizados, os procedimentos em curso quanto à implementação do 10.º e 11.º ano, os principais constrangimentos relativos ao sucesso da reestruturação curricular, etapas a seguir no futuro próximo e, ainda, manifestar disponibilidade da Universidade de Aveiro para ser um parceiro ativo na concretização da nova proposta curricular.

Foram interlocutores da equipa de Missão responsáveis políticos e responsáveis de estruturas do Ministério da Educação, com quem tivemos reuniões de trabalho previamente agendadas: Senhores Embaixador de Portugal e Adido para a Cooperação; Presidente do Parlamento Nacional; Ministro da Educação; Vice-Ministro do Ensino Secundário; Presidente do INFORDEPE (Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação); Coordenador Geral do PFICP (Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores); Diretor

Geral da Administração Escolar, Inovação e Desenvolvimento Curricular; Diretor Nacional do Currículo e Avaliação Escolar; Coordenadora-Adjunta Científico-Pedagógica para o Ensino Secundário do PFICP.

Visitámos ainda a Escola Portuguesa Ruy Cinatti, em Díli, reunindo com a Senhora Diretora, professores e alunos finalistas, a Escola Técnica de Becora e a Escola Secundária 4 de Setembro, ambas em Díli. Deslocámo-nos também a Maubara para reunir com Dr. João Carvalho, Diretor, Professores e alunos do 10.º ano, todos participantes de um Projeto piloto de lançamento do novo Currículo do ESG.

Reunimos ainda com os Professores portugueses colocados no âmbito do PFICP e pudemos compreender as dificuldades que registam no exercício das funções que lhes estão atribuídas, quer as inerentes à gestão das Escolas, quer as decorrentes de alterações do modelo de funcionamento do PFICP. Os professores destacados para o ESG encontram-se todos em Díli, acompanhando e apoiando diretores e professores das Escolas, com vista a melhorar a implementação do ESG.

Como principais **conclusões da Missão técnica** podemos enunciar as seguintes.

1. Em termos gerais, reitera-se a pertinência das Missões em Timor-Leste por permitirem melhorar o conhecimento mútuo de ambas as partes, clarificando razões subjacentes aos pontos de vista defendidos por cada uma delas. Para a Coordenação executiva do Projeto 'Falar Português' foram de importância crucial todas as missões realizadas. No caso particular da missão de junho de 2013, a segunda realizada no exercício de funções da atual equipa ministerial, o grau de abertura dos responsáveis foi mais pronunciado e o diálogo mais aberto, aspeto que registámos com muito agrado.
2. Todos os interlocutores manifestaram grande apreço pelos resultados do Projeto, congratularam-se por Timor-Leste dispor finalmente de um Currículo do ESG e Programas próprios, bem como de recursos didáticos para a sua implementação – Manuais para Alunos e Guias para Professores. Salientaram quase sempre a necessidade de investimento acrescido na formação de professores e de reforço de recursos humanos para o concretizar, manifestando nalguns casos o interesse por terem mais professores especialistas portugueses em Timor-Leste.
3. A decisão do Ministério da Educação da RDTL de implementar o 10.º ano no ano letivo 2012, embora tenha constituído um estímulo para todos os intervenientes no sistema educativo, professores, escolas e órgãos de gestão intermédia se consciencializarem

sobre a necessidade da mudança, revelou-se uma medida arriscada, conforme salientámos em anteriores relatórios. Com efeito, os professores não tinham formação sobre os novos Programas; as escolas não tiveram tempo para se organizarem para a gestão do novo Currículo; os alunos não possuíam bases concetuais consideradas como pré-requisitos para os novos temas disciplinares contemplados nos Programas; professores e famílias não tiveram preparação para orientar os jovens para selecionarem uma área de estudo (C&T ou CS&H); escolas sem infra-estruturas adequadas às alterações curriculares preconizadas (laboratórios de Ciências, laboratórios Multimédia, bibliotecas); turmas em geral sobredimensionadas para aplicação das metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação propostas; professores com carências de formação em língua portuguesa e na especialidade. Estes problemas não foram superados em 2013. No que respeita aos professores ter-se-ão até agravado dado ser necessário ter professores para lecionar o 10.º e o 11.º ano. As condicionantes verificadas na implementação do PFICP em 2012 condicionaram os objetivos de formação de professores que tinham sido previstos.

4. Conforme relatado após as Missões de 2012, a distribuição dos Manuais do Aluno, Guias do Professor e Programas sofreu um atraso muito considerável. Apenas no mês de abril de 2012 os documentos começaram a ser distribuídos pelas escolas, mas nem todos os professores receberam os conjuntos completos (Programa, Manual e Guia). Os responsáveis de escola referiram frequentemente que não receberam instruções claras para o seu uso, da parte do ME, sobretudo dos Manuais para alunos. Em 2013 a situação agravou-se. Em junho de 2013 ainda não estão impressos os documentos para 11.º ano. Os alunos continuam a seguir o Programa de 10.º ano. Quanto aos Manuais de 10.º ano tomámos conhecimento da edição dos mesmos em formato B5, apesar de a paginação ter sido feita para formato A4. Não foi possível apurar qual a distribuição destes manuais, mas encontrámos na Escola Secundária 4 de Setembro, centenas ou mesmo milhares deles numa dependência anexa à biblioteca, a maioria em muito mau estado de conservação.
5. As disciplinas do novo Plano Curricular da responsabilidade do ME-RDTL (*Tétum, Indonésio, Religião e Moral, Educação Física e Desporto*) ainda não têm Programas, Manuais e Guias. A lecionação destas disciplinas segue Programas e recursos antigos.
6. O parque escolar apresenta-se muito degradado em termos de equipamentos e de limpeza, apesar de algumas pequenas obras realizadas. Será indispensável continuar a

investir na requalificação das escolas e em recursos humanos de apoio ao funcionamento e conservação das instalações. Em algumas escolas e com participação e orientação dos professores portugueses foram recuperados (limpos e organizados) espaços de bibliotecas e improvisados 'laboratórios'.

7. A formação de professores é uma dimensão de importância crucial na implementação do novo Plano Curricular. O Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores sob a tutela do INFORDEPE, com Formadores selecionados pela Universidade de Aveiro, constitui uma iniciativa muito importante. No entanto, em 2012, estes Formadores iniciaram funções com seis meses de atraso e o programa sofreu alterações sucessivas. Em 2013 os Formadores chegaram a TL bastante mais cedo, mas as condições existentes não permitiram que, até agora, se iniciasse a formação estruturada sobre 11.º ano, conforme previsto. Não existem Manuais, Guias e Programas impressos, além da falta de organização das escolas para proporcionar condições de participação efetiva aos professores-formandos. Além disso a decisão do ME-RDTL de retomar, progressivamente, o calendário letivo anterior, faz com que em 2013 o ano letivo termine em 31 de outubro. Embora os formadores portugueses estejam a trabalhar com professores e a apoiar várias Escolas Secundárias de Díli, o plano de formação previsto no PFICP, não está em realização plena. Alguns responsáveis do ME-RDTL referem a necessidade de repensar o modelo de formação.
8. A Universidade de Aveiro, através do Departamento de Educação, estará disponível para ser um parceiro ativo do ME-RDTL na formação de professores e, em particular, na formação de formadores. Também estará disponível, através da equipa de autores do ESG, para nova edição do curso intensivo para professores timorenses realizado em outubro – novembro de 2011, para dois ou três professores por disciplina. O Vice-Ministro do Ensino Secundário mostrou-se muito recetivo a esta iniciativa e apelou mesmo à necessidade de ter um orçamento para a missão, com vista a cabimentá-lo.

Recomendações sobre a formação de professores decorrentes da missão

Tal como havíamos já considerado aquando da missão de outubro de 2012, o modelo de formação concebido para o PFICP é interessante do ponto de vista concetual como forma de disseminar a formação proporcionada pelos formadores da UA, mas para que tal se torne eficaz, seria necessário dispor de medidas funcionais que permitissem a disponibilidade e motivação dos formandos para o envolvimento exigente no programa. Seria também

necessário dispor de recursos financeiros para a mobilidade de formandos dos vários distritos até Díli, e a deslocação dos formadores Portugueses para acompanhamento e supervisão dos professores Timorenses nas atividades de disseminação nos vários distritos. Ora, nenhuma das condições está satisfeita. Aos formandos não foram concedidas condições para frequência do curso, dispensando-os parcialmente de atividades letivas; o orçamento do PFICP não disponibilizou meios para deslocar professores de outros distritos nem nos distritos havia condições logísticas para acolhimento dos Formadores portugueses; o programa do PFICP para 2013 não cumpriu aquilo que foi inicialmente definido, a saber, a formação deveria incidir sobre o 11.º ano, para o que seria necessário haver Manuais, Guias e Programas disponíveis para todos. Mais, a interrupção da implementação do ESG continuando a lecionar a alunos matriculados no 11.º ano, os programas de 10.º ano, poderá ter criado nos professores e nas escolas a ideia de que o Currículo não estaria completo e que o programa de 10.º ano deveria sustentar também o 11.º ano. Para além disto aconteceu em várias Escolas que professores que tinham tido formação numa disciplina em 2012 e até frequentado o curso na UA em 2011, foram deslocados para outras disciplinas. Ora isto desvirtua o conceito de formação e desmobiliza, no mínimo, o empenhamento dos professores para se implicarem e responsabilizarem com a própria formação. Pelo contrário, criar condições reais para os professores compreenderem a importância da sua preparação para a melhoria da qualidade da sua prática profissional, bem como valorizar a qualidade desse desempenho, será sempre de importância primordial. Sugere-se, pois, que a seleção dos professores timorenses a envolver na formação do PFICP, com vista a serem futuros formadores de seus colegas, seja criteriosamente conduzida. Tal como havíamos recomendado em 2012, fazer esta seleção a partir de candidaturas apresentadas poderá ser uma via para responsabilizar os professores envolvidos pela sua própria formação. Dispensar os professores de parte da componente letiva será uma via para criar condições de trabalho e uma forma de os responsabilizar e será um sinal explícito de empenho do ME-RDTL na concretização da reestruturação curricular. Para isso será necessário reforçar as escolas com recursos humanos.

Conclusões sobre a implementação do ESG

Pretendíamos também com esta missão averiguar como estava a decorrer a implementação do 11.º ano de escolaridade do ESG, assim como o relançamento do 10.º ano, depois das informações recolhidas em outubro de 2012.

Por informação da Direção do Currículo e observação direta da equipa de missão pudemos **concluir** que:

1. Confirmando informações anteriores, foi-nos reiterado que a impressão e distribuição dos Manuais do Aluno e Guias do Professor para 11.º ano, bem como dos Programas disciplinares de ciclo, ainda não foi concretizada, apesar de o ano letivo se encontrar a mais de meio. Problemas com aprovação de orçamento e cabimentação da despesa terão estado na base deste enorme atraso. A solução encontrada pelo ME-RDTL de os alunos do 11.º ano continuarem os programas de 10.º ano que não tinham sido concluídos, parecendo uma alternativa possível, é em si mesmo uma declaração de incapacidade de resolução de um problema funcional sério e uma medida que compromete a preparação dos alunos para o acompanhamento do 12.º ano. Note-se que os Manuais e Guias de 11.º ano foram entregues ao ME-RDTL em maio de 2012.
2. Quanto ao 10.º ano a reimpressão de Manuais e Guias de 10.º ano terá sido feita tardiamente e alterando drasticamente as indicações técnicas fornecidas para impressão em formato A4. A edição suportada pela KOICA usou o formato B5 com prejuízo de legibilidade de gravuras, esquemas e legendas. Para além disto verificou-se ainda que a distribuição pelas escolas não terá sido concretizada pois encontram-se centenas ou mesmo milhares de exemplares amontoados na Escola Secundária 4 de Setembro, em Díli. Foi alegado pela Direção do Currículo a não existência de meios para a sua distribuição por todo o País. Também não foi claro para nós como é que os Manuais de 10.º ano estão a ser usados nas Escolas, se apenas na sala de aula, se através de algum sistema organizado de empréstimo. Tão-pouco sabemos qual o rácio médio Manual / n.º de alunos, por disciplina e os valores concretos por escola.
3. Na data de realização da missão, a Direção Nacional do Currículo estava a organizar uma publicação em formato impresso, com Plano Curricular e Programa para distribuição pelos professores de cada disciplina. Embora os documentos se encontrem publicados no Site do ME-RDTL, a medida pode ser adequada como forma de acesso dos professores aos documentos oficiais, dado o acesso à Internet não estar generalizado em todas as escolas. Resta saber quando estarão prontos tais documentos e como serão distribuídos. A equipa de missão detetou várias omissões e incorreções nos volumes que já estavam organizados, tendo-se prontificado a fazer propostas de melhoria, as quais já seguiram para o Diretor Nacional do Currículo.

4. A distribuição do serviço docente foi outro aspeto a merecer a atenção da equipa de missão. Há professores que receberam formação sobre 10.º ano em 2012 e lecionaram essa disciplina, mas em 2013 foram deslocados para outra disciplina. Este ato prejudica fortemente a qualidade da lecionação e merece a devida correção. Também os tempos letivos por disciplina não estão a ser respeitados em algumas Escolas. A Direção Nacional do Currículo considera tais decisões como sendo da responsabilidade dos Diretores de escola. Quanto a nós não se compreende a não existência de um sistema de acompanhamento e inspeção de medidas de importância fulcral para o bom funcionamento das atividades letivas e que garanta a implementação do novo Currículo.
5. O apetrechamento das Escolas com equipamentos essenciais e materiais de consumo para instalação de Laboratórios de Ciências e de Tecnologias Multimédia, bem como de bibliografia essencial para cada disciplina, são assuntos não contemplados em orçamento e sem diretrizes tomadas, apesar da insistência, durante todas as Missões, da sua imprescindibilidade para a boa implementação do Currículo. Sempre foi salientado que os Formadores do PFICP poderão dar uma ajuda na organização dos recursos e seu uso. Também não foi considerado, até esta data, a satisfação do pedido de equipamento mínimo para as disciplinas de Biologia e de Matemática, o qual deveria existir em todas as escolas para que os Programas de 10.º ano possam ser cumpridos. Todos os equipamentos são susceptíveis de uso nos anos seguintes.
6. O Plano Curricular do ESG não está ainda completo, mesmo nas escolas que o iniciaram. Com efeito, as quatro disciplinas da Componente Geral da responsabilidade de equipas timorenses (Tétum; Indonésio; Educação Física e Desporto; Religião e Moral) ainda não dispõem de Programas, Manuais para alunos e Guias do professor.

2. Elaboração de Manuais e Guias para 12.º ano de escolaridade

A elaboração de Manuais e Guias para 12.º ano seguiu o modelo usado para a elaboração dos relativos ao 10.º e 11.º ano, com os contributos das reuniões de trabalho com os professores timorenses integrantes das equipas homólogas que participaram nas missões técnicas realizadas em Díli, em 2012, em particular durante a 5.ª missão.

O trabalho, embora de cariz disciplinar, foi objecto de apreciação em diversas interações estabelecidas com a coordenadora executiva e o coordenador adjunto, por exemplo no pedido

de autorização para reprodução de ilustração com direitos de autor. Nalguns casos houve necessidade de articular disciplinas para acerto de temáticas a abordar.

Conforme referido no RAA de 2012 a elaboração de Manuais e Guias para 12.º ano avançou bastante no segundo semestre de 2012 e algumas disciplinas iniciaram a paginação em novembro e outras em dezembro. No entanto, e apesar do enorme esforço desenvolvido, não foi possível finalizar o projeto conceptual e gráfico em 2012, tendo continuado em 2013. Várias disciplinas concluíram o projeto em março, outras em abril. Os *links* a partir dos quais poderiam ser descarregados os Manuais e Guias de 12.º ano, de todas as disciplinas, foram enviados ao ME-RDTL e os ficheiros em formato eletrónico editável para impressão, em suporte DVD, foram entregues em mão pela equipa de Missão em junho 2013, ao Senhor Vice-Ministro do Ensino Secundário. Também foi entregue uma versão impressa de todos os manuais para melhor visualização da apresentação gráfica dos mesmos.

Links para download dos Guias do Professor com as respetivas capas.

Biologia | 92 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/BiologiaGP12.zip>

Cidadania e Desenvolvimento Social | 92 páginas

http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/CidadaniaDS_GP12.zip

Economia & MQ | 112 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/EconMetQuantGP12.zip>

Física | 100 páginas

http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/Fisica_GP12_GS.zip

Geografia | 116 páginas

http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/Geografia_GP12.zip

Geologia | 116 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/GeologiaGP12.zip>

História | 112 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/HistoriaGP12.zip>

Inglês | 104 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/InglesGP12.zip>

Matemática | 112 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/MatematicaGP12.zip>

Português | 112 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/PortuguesGP12.zip>

Química | 84 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/QuimicaGP12.zip>

Sociologia | 88 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/SociologiaGP12.zip>

Tecnologias Multimédia | 56 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/TMultimediaGP12.zip>

Temas de LC | 104 páginas

http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/TemasLC_GP12.zip

Links para download dos Manuais do Aluno com as respetivas capas.

Biologia | 176 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/BiologiaMA12.zip>

Cidadania e DS | 164 páginas

http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/CidadaniaDS_MA12.zip

Economia & MQ | 168 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/EconMetQuantMA12.zip>

Física | 180 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/FisicaMA12.zip>

Geografia | 168 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/GeografiaMA12.zip>

Geologia | 156 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/GeologiaMA12.zip>

História | 184 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/HistoriaMA12.zip>

Inglês | 152 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/InglesMA12.zip>

Matemática | 184 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/MatematicaMA12.zip>

Português | 176 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/PortuguesMA12.zip>

Química | 176 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/QuimicaMA12.zip>

Sociologia | 172 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/SociologiaMA12.zip>

Tecnologias Multimédia | 124 páginas

<http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/TMultimediaMA12.zip>

Temas de LC | 144 páginas

http://www.esferacritica.pt/UA/ProjTL12ano/TemasLC_MA12.zip

No que respeita à apresentação, procurou manter-se equilibrado o projeto gráfico de todas as obras, quer quanto ao grafismo das capas (deveria ser semelhante ao usado no 10.º e 11.º ano mas com elementos distintivos), quer quanto à dimensão. Algumas disciplinas consideraram ser muito reduzido o número de páginas, previamente definido como 150, face às temáticas abordadas e à necessidade de ilustração e representação simbólica específica. Utilizaram, nesses casos, mais 10-20% do número estabelecido.

A paginação gráfica de Manuais e Guias foi, na maioria das disciplinas, executada pelos mesmos técnicos designers. Nos casos em que os anteriores não estavam disponíveis recrutaram-se novos através de concurso aberto para o efeito. Recorreu-se ainda a reajustamento interno da equipa de técnicos. A coordenação técnica do projeto gráfico ficou a cargo da empresa *Esfera Crítica Unipessoal, Lda* que se encarregou da produção do ficheiro final de cada obra, em formato editável, dos *links* para *download*, bem como da gravação dos DVD, com Manuais e Guias.

3. Acompanhamento do Projeto

As atividades desenvolvidas durante o ano de 2013 respeitaram o estabelecido no Acordo de Cooperação FCG-UA, tendo a coordenadora executiva estabelecido estreita ligação com a Coordenação da FCG, dando conhecimento do ponto de situação dos trabalhos da equipa na elaboração de Manuais e Guias para 12.º ano. Também a marcação da Missão técnica de junho foi acordada com a FCG e o Camões – Instituto, IP, de modo a proporcionar a apresentação pública, com entrega formal dos Manuais ao Senhor Ministro da Educação, o que veio a acontecer.

Para além de contactos frequentes por telefone e por e-mail, realizou-se uma reunião presencial na sede da FCG, em Lisboa, com participação da coordenação da FCG e do Camões Instituto da Cooperação e da Língua, IP, no dia 23 de abril 2013, para ponto de situação.

Também no dia 21 de fevereiro teve lugar no Camões – Instituto, IP, uma reunião geral convocada pela Senhora Presidente, envolvendo todas as Entidades que em Portugal desenvolvem atividades de cooperação com Timor-Leste no setor da Educação. A coordenação executiva do Projeto ‘Falar Português’ foi designada pelo Excelentíssimo Reitor para representar a Universidade de Aveiro nesta reunião. Nela tivemos oportunidade de dar a conhecer a todos os presentes, onde se incluía o futuro Embaixador de Portugal em Díli, as atividades desenvolvidas, os seus agentes e os impactes esperados com a implementação do Projeto “Falar Português”.

Apesar de o Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores (PFICP) conduzido pelo INFORDEPE, em Díli, não envolver a FCG, entendeu-se ser adequado e oportuno dá-lo a conhecer, em particular nas atividades relativas ao ESG. Com efeito, os 14 professores portugueses selecionados pela UA, um por disciplina, para exercerem funções de formadores de professores timorenses, futuros formadores de seus pares, iriam debruçar-se em 2012 sobre os Programas, Manuais e Guias de 10.º ano e, sucessivamente nos anos seguintes, sobre o 11.º e 12.º anos. O trabalho realizado por estes formadores e os dados recolhidos junto dos professores timorenses formandos e suas escolas foram e são muito importantes para nos apercebermos de constrangimentos e limitações da implementação do 10.º ano segundo o novo Plano Curricular. Infelizmente e por razões não imputáveis ao acompanhamento e supervisão da UA, as atividades prevista em 2012 ficaram aquém do previsto e as relativas a 2013 sofreram ainda maiores constrangimentos.

C – RESULTADOS ALCANÇADOS

1. Resultados alcançados em 2013

O presente Relatório descreve e comenta as atividades realizadas durante o ano de 2013, na continuidade do que havia sido feito nos dois anos anteriores, e com vista a cumprir o estipulado no Documento de Projeto aprovado pelo Fundo da Língua Portuguesa. Durante a vigência do Projeto houve necessidade de reajustar o plano de atividades global dado o pedido apresentado, em junho de 2010, pelo Senhor Ministro da Educação de Timor-Leste de antecipar a entrega dos Programas completos para os três anos do Ensino secundário. Esta solicitação veio alterar o modelo de trabalho que estava a ser seguido mas não comprometeu a finalização do Projeto no prazo previsto. O ligeiro atraso na conclusão de Manuais e Guias de 12.º ano de algumas disciplinas deveu-se à sobrecarga de trabalho dos membros da equipa, mais do que à alteração da programação inicial.

Os **produtos elaborados** pela equipa portuguesa durante o 1.º semestre de 2013, para conclusão do Projeto, e entregues às entidades competentes, compreendem:

Manuais do Aluno e Guias do Professor, para 12.º ano, para 14 disciplinas, formatados e em ficheiro editável contendo todas as especificações técnicas para impressão. Além dos DVD foram entregues também versões impressas dos Manuais, para melhor visualização do aspeto final dos mesmos.

A equipa de coordenação realizou também a missão técnica final em Timor-Leste para apresentação às autoridades Timorenses e à Embaixada de Portugal em Díli, dos produtos finais concebidos. Foi também nossa preocupação recolher elementos que permitissem avaliar a forma como está a decorrer a implementação do novo ESG e alertar as autoridades para medidas que devem ser tomadas.

O trabalho desenvolvido em 2013 foi bastante exigente e toda a equipa necessitou de grande determinação para o conseguir realizar a par, para muitos, das responsabilidades profissionais que lhes eram cometidas. A exigência colocada na preparação de Manuais e Guias para 12.º ano era enorme. Por um lado havia que concretizar as especificações do Programa já elaborado e homologado pelo ME-RDTL, por outro havia necessidade de apreciar conjuntamente os Manuais elaborados para os três anos e colmatar, caso fosse necessário, lacunas identificadas. **Produzir recursos didáticos é sempre uma tarefa muito exigente,**

fazê-lo na qualidade de autores de Programas é uma responsabilidade acrescida, dado ser esperado por todos (professores, responsáveis educativos, investigadores e especialistas) que exista a maior coerência entre orientações (programas) e sua concretização (aprendizagens e estratégias didáticas).

2. Resultados alcançados com o Projeto

Tendo por base os resultados esperados no final da execução do Projecto, conforme explicitado no Documento de Projeto aprovado pelo FLP, pode fazer-se a seguinte sistematização:

1. Plano Curricular finalizado e validado pelas autoridades timorenses.

O **Plano Curricular do ESG** foi elaborado, aprovado em TL por Resolução do Parlamento Nacional N.º 20/2011 e Resolução do Governo N.º 24/2011; Decreto-Lei n.º 47/2011, de 19 de outubro, aprovado em Conselho de Ministros de 7 de setembro de 2011, promulgado pelo Presidente da República em 18 de outubro de 2011 e publicado no Jornal da República, Série I, n.º 38, de 19 de outubro 2011, pp. 5308-5314. O Plano Curricular do ESG está organizado segundo duas vias de especialização (Ciências & Tecnologias e Ciências Sociais & Humanidades), com um tronco comum – a Componente Geral. No total são 14 disciplinas da responsabilidade da equipa sedeadada na Universidade de Aveiro.

Note-se que a elaboração do Plano Curricular foi uma tarefa bastante delicada e trabalhosa, na qual a FCG teve um papel ativo. A versão final que veio a ser aprovada foi a quarta, resultante em parte da necessidade de dar resposta a solicitações sucessivas do Senhor Ministro da Educação quer quanto a novas disciplinas da responsabilidade da equipa portuguesa, quer quanto às disciplinas da Componente Geral que seriam da responsabilidade do ME-RDTL.

Para a publicação do Decreto-Lei n.º 47/2011, de 19 de outubro, foi de importância crucial o projeto de Diploma elaborado pela FCG, bem como a Nota Técnica para lançamento do 10.º ano do ESG em janeiro de 2012.

2. Elaborados os programas para todas as disciplinas curriculares

Foram elaborados os **Programas** completos de todas as Disciplinas da responsabilidade da UA, no total catorze: Componente Geral – 4 (**Português; Inglês; Cidadania e Desenvolvimento Social; Tecnologias Multimédia**); Ciências & Tecnologias – 5 (**Física; Química; Biologia; Geologia; Matemática**); Ciências Sociais & Humanidades – 5 (**História;**

Geografia; Sociologia; Temas de Literatura e Cultura; Economia e Métodos Quantitativos), para os três anos, e entregues ao ME-RDTL, devidamente formatados e apresentados em formato eletrónico, versão PDF, e em CD | DVD, em novembro 2011 e março 2012 (Economia & Métodos Quantitativos). O conteúdo dos mesmos tinha sido discutido com as equipas homólogas durante as missões técnicas de 2010 e de julho e setembro de 2011. Todos os documentos foram também objeto de análise prévia com a FCG.

3. Elaborados os manuais escolares e os guias didáticos

Os **Manuais para Alunos** e **Guias do Professor**, para todas as disciplinas (14) do **10.º ano** foram elaborados e já editados em TL, 1.ª edição utilizada no ano letivo 2012, a partir de abril.

Os **Manuais para Alunos** e **Guias do Professor**, para **11.º ano**, para todas as disciplinas (14) foram elaborados e entregues ao ME-RDTL, em formato editável, em maio de 2012.

Os **Manuais para Alunos** e **Guias do Professor para 12.º ano**, para todas as disciplinas (14) foram elaborados e entregues ao ME-RDTL, em formato editável, ao longo dos meses de abril, maio e junho de 2013.

O formato de paginação foi objeto de análise conjunta da coordenação executiva com a FCG.

No **Anexo I** apresenta-se a lista completa de coordenadores, autores, colaboradores, consultores científicos, designers e ilustradores que tornaram possível a concretização do Projeto. Indica-se ainda a equipa responsável pelo acompanhamento administrativo e financeiro do Projeto conduzido na Universidade de Aveiro.

No **Anexo II** indica-se a lista completa das obras produzidas, o número de páginas de cada uma e o respetivo ISBN nos casos em que tal já foi requerido e atribuído (10.º e 11.º ano).

4. Definidas as especificações técnicas para a formatação gráfica dos manuais e dos guias

Todos os Manuais para Alunos e Guias do Professor foram apresentados ao ME-RDTL, completamente prontos a ser editados (ver secção 1.2). Todas as obras foram preparadas no formato de ficheiro eletrónico, tornado acessível primeiro através de *link* para *download*, depois em CD | DVD gravado e entregue pessoalmente. Estes ficheiros careciam apenas de indicação do ISBN a ser requerido pelo ME-RDTL e, posteriormente, ser inserido na ficha técnica. Todas as obras foram paginadas em formato A4, depois de obter acordo do ME-RDTL. Para melhor

esclarecimento da apresentação final dos Manuais foram entregues, também, exemplares impressos (edição provisória).

A opção pela contratação de serviços de Coordenação Gráfica do Projeto, *Esfera Crítica Unipessoal, Lda.*, foi de importância fundamental para a coerência gráfica das obras produzidas, 42 Manuais para Alunos, 42 Guias do Professor, e 14 Programas de disciplina. Foi esta Empresa que concebeu os projetos de capas e submeteu várias propostas à apreciação da coordenação executiva. Tivemos sempre em conta três princípios: (i) os 42 Manuais e os 42 Guias deveriam ser facilmente identificados como referentes ao ESG; (ii) Manuais e Guias deveriam ter elementos distintivos nas capas que permitissem distingui-los por ano de escolaridade; (iii) as disciplinas deveriam ter um elemento comum ao longo dos três anos, a cor da capa.

5. Reforço do domínio da Língua Portuguesa

Com vista ao reforço da Língua Portuguesa o Projeto de Reestruturação Curricular do ESG, designado por “Falar Português”, constitui um importante veículo para esse fim, tendo sido assumido desde princípio que assim deveria ser. Todos os textos produzidos no âmbito do Projeto (Plano Curricular; Programas de 14 disciplinas; 42 Manuais para Alunos; 42 Guias de Professor), no total de 11500 páginas originais, foram escritos em Português (exceto os três Manuais de Inglês, escritos em Inglês como é próprio para a aprendizagem da Língua Inglesa). Todas as reuniões de trabalho com as equipas homólogas ao longo das várias Missões técnicas realizadas, para todas as disciplinas, foram conduzidas em Português. Também o curso de seis semanas realizado na Universidade de Aveiro, em outubro – novembro de 2011, para 24 professores Timorenses foi conduzido em português, quer nas sessões técnicas gerais e específicas realizadas na Universidade, quer nas aulas em Escolas Secundárias onde os professores foram acolhidos e puderam participar. É convicção da equipa técnica executiva deste Projeto que as competências dos Professores Timorenses em Língua Portuguesa melhoraram substancialmente ao longo do Projeto. Pudemos constatar nas sucessivas missões técnicas realizadas em Timor-Leste que a proficiência no uso da língua melhorou, embora tal se registasse mais na oralidade do que na escrita. A importância do reforço da Língua Portuguesa nos professores Timorenses foi um aspeto sempre acentuado por responsáveis e interlocutores em TL e procurámos, também por isso, contribuir para o melhoramento desta competência.

6. Assinado protocolo MEC/FCG/IPAD sobre o desenvolvimento do projeto, nomeadamente a responsabilidade das partes, e sobre a posterior concretização do plano de operacionalização no terreno – experimentação e generalização – da reforma curricular geral, cuja responsabilidade pertencerá ao MEC.

O Projeto foi enquadrado por um *Protocolo de Cooperação* entre o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD; presentemente Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP), a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e o Ministério da Educação de Timor-Leste (ME-RDTL) (assinado em 11 junho 2010), o qual foi seguido de um *Acordo de Cooperação* entre a Fundação Calouste Gulbenkian e a Universidade de Aveiro (UA) (assinado em 21 julho 2010), para a sua execução técnico-científica. O Projeto foi definido para o período 01 janeiro 2010 a 31 março 2013, e desenvolveu-se nos termos do respetivo Documento de Projeto, o qual foi aprovado pela Comissão Interministerial de Acompanhamento do Fundo da Língua Portuguesa na sua reunião de 22 fevereiro 2010. O Projeto é totalmente financiado pelo Fundo da Língua Portuguesa, sendo o Camões – Instituto, IP o organismo gestor, e pela FCG. Os direitos de autor das obras produzidas foram integralmente cedidos ao ME-RDTL.

Na Missão técnica de junho – julho de 2011, conjunta com a FCG na semana de 27 de junho a 02 de julho, representada pelo Senhor Dr. Tavares Emídio, houve oportunidade de discutir com o ME-RDTL aspetos importantes a ter em conta na implementação do projeto (nota técnica sobre o lançamento do ESG e projeto de Diploma para Plano Curricular). O documento foi elaborado pelo Sr. Dr. Tavares Emídio, enviado posteriormente ao ME-RDTL e muitas das cláusulas estão incorporadas no Decreto-Lei publicado no Jornal da República, Série I, n.º 38, de 19 de outubro 2011, pp. 5308-5314.

O Relatório pormenorizado da FCG dará conta dos acertos e dos desvios registados até à presente data. Apesar disso, destacaremos a seguir alguns aspetos mais relevantes tendo em conta a implementação do novo Currículo do ESG.

Tarefas e procedimentos em falta por parte do ME-RDTL

1. De acordo com o n.º 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 47/2011, de 19 de outubro, “**O Ministério da Educação, através dos serviços competentes, está obrigado a garantir adequada e eficientemente, a formação em exercício dos docentes timorenses e a disseminação dos materiais de apoio por todo o sistema de ensino secundário geral previamente à implementação dos respetivos planos curriculares**”. Esta cláusula não foi cumprida pois os documentos (Programas, Manuais e Guias) para o ano letivo de 2012

só foram disponibilizados às Escolas, Professores e Alunos, durante o mês de abril (o ano letivo tinha começado em janeiro) e de forma muito irregular quanto à distribuição dos mesmos. Ora, tendo o ano letivo sido iniciado quatro meses antes esta situação inviabilizou a implementação da reestruturação curricular, no início do ano letivo. Relativamente ao ano letivo 2013, a situação é ainda mais desviante. Em junho de 2013 não tinham sido impressos e distribuídos Manuais, Guias de Professor e Programas para 11.º ano. Foi recomendado que os professores continuassem a lecionação dos temas de 10.º ano não concluídos em 2012, aos alunos do 11.º ano. Note-se, no entanto, que, mesmo com os documentos distribuídos a tempo, o processo de implementação dificilmente seria bem sucedido, quer por falta de conhecimento atempado dos professores dos documentos produzidos, quer por carências de formação destes (científica, pedagógica e didática) para compreenderem a natureza dos próprios documentos orientadores e formas de os utilizar como reguladores das suas práticas de ensino e avaliação. Falhas de condições para a implementação também decorreram da falta de infraestruturas (Bibliotecas, Laboratórios de Ciências Experimentais e de Multimédia) e da ausência de critérios uniformes para o uso dos Manuais pelos alunos (número de utilizadores por manual, local onde os alunos poderiam consultar os manuais).

2. Cláusula 4.^a do Protocolo de Cooperação IPAD-FCG-METL – Responsabilidades do ME.

- (i) ***Elaboração de Programas, Manuais e Guias para as disciplinas da Componente Geral da responsabilidade de TL (Tétum; Indonésio; Religião e Moral; Educação Física e Desporto).*** Até esta data, junho de 2013, nenhum destes documentos foi produzido, estando as escolas a utilizar os Programas anteriores.
- (ii) ***Reunir as condições básicas em infra-estruturas, equipamentos, apoios didáticos e formação de professores, bem como providenciar os recursos financeiros que permitam, posteriormente, a operacionalização faseada dos instrumentos e materiais disponibilizados pelo Projeto.*** Até esta data, junho de 2013, não existem Laboratórios (Ciências Experimentais e Tecnologias Multimédia) para a realização pelos alunos das atividades práticas preconizadas nos Programas, Manuais e Guias. A formação de professores, conduzida no âmbito do Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores (PFICP) decorreu, em 2012, com grandes limitações, não estando satisfeitos requisitos mínimos para a lecionação, com

qualidade, em todas as escolas, dos Programas de 10.º ano (2012) e de 11.º ano (2013). Os Programas, Manuais e Guias para 11.º ano ainda não estão impressos e distribuídos, apesar do ano letivo se ter iniciado em janeiro 2013 e por decisão ministerial ir terminar em 31 de outubro, com vista à transição para novo calendário letivo.

3. Implementação do Programa Curricular para o ESG – Decreto-Lei n.º 47/2011, de 19 de outubro.

- (i) ***As escolas secundárias, enquanto núcleo central da aplicação do plano curricular, devem dispor de forma atempada: a) de toda a informação e orientação necessárias à planificação pedagógica, técnica e administrativa das atividades letivas e não letivas para o lançamento do novo ensino secundário; b) dos recursos humanos, técnicos e didáticos exigíveis para o bom cumprimento das práticas docentes preconizadas; c) das infra-estruturas e dos equipamentos, fixos e móveis, e laboratoriais que favoreçam a aplicação das orientações didáticas e metodológicas definidas (Artigo 13.º).*** Conforme relatado anteriormente, em 2012 os Programas, Manuais e Guias para 10.º ano não foram distribuídos atempadamente. A situação relativa ao 11.º ano, a qual deveria ser implementada em 2013, está mais atrasada ainda, dir-se-ia mesmo comprometida, visto não ter sido iniciado o processo de impressão dos documentos. Não existem Laboratórios, Bibliotecas e salas de estudo. As turmas têm, em geral, dimensão não adequada à prática das metodologias de ensino e aprendizagem propostas.
- (ii) ***A formação dos docentes em exercício de funções nos novos programas curriculares tem início previamente à abertura do ano letivo em que o programa curricular entra em vigor (Artigo 14.º).*** Esta condição não foi cumprida em 2012 relativamente ao 10.º ano, nem em 2013 relativamente ao 11.º ano de escolaridade. Os Professores ainda desconhecem os documentos reguladores (Programas) e os instrumentos de concretização das orientações propostas (Manuais e Guias).
- (iii) ***O Ministro da Educação aprova, por Despacho Ministerial, o plano curricular para o ensino secundário geral, assim como os respetivos programas disciplinares, os manuais para os alunos e os guias para professores relativos a todas as disciplinas dos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade (Artigo 17.º).*** Não temos conhecimento da existência de tais Despachos Ministeriais relativos a Programas, Manuais e Guias. No entanto, todos os documentos se encontram disponíveis no site do ME-RDTL

(<http://www.me.gov.tl/Direces-Nacionais/dncae>). Tomamos, portanto, esta publicação como sinal de concordância do ME-RDTL sobre os documentos produzidos: Plano Curricular e Programas das disciplinas.

D. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. A realização de um projeto desta dimensão e ambição, e em tão pouco tempo, exigiu uma equipa numerosa altamente empenhada e muito bem preparada do ponto de vista científico, a qual teve de trabalhar arduamente para concretizar os propósitos definidos (no **Anexo III** apresentam-se, a título de exemplo, alguns testemunhos espontâneos recolhidos). Destaque-se também que a produção de Programas, Manuais para Alunos e Guias do Professor, pela mesma equipa disciplinar é um acontecimento pouco comum e, à partida, uma via que permite reunir condições para coerência máxima entre princípios enunciados nos Programas – documentos reguladores, aprendizagens previstas – Manuais dos Alunos e estratégias de ensino e de avaliação – Guias do Professor. No entanto, para que este propósito pudesse ser alcançado foi necessário muito trabalho de pesquisa e de estudo para conhecer a sociedade e a cultura de Timor-Leste. As missões técnicas realizadas em Timor-Leste e o trabalho direto com os professores Timorenses foram de importância fundamental. Estamos conscientes que haverá aspetos a melhorar na adequação a contextos, mas defendemos sempre que o modelo a seguir deveria disponibilizar aos jovens timorenses um Currículo de ESG segundo padrões internacionais. Esta perspetiva foi, aliás, consensual entre todos os interlocutores que tivemos em Timor-Leste (responsáveis do Ministério da Educação, Deputados e Presidente do Parlamento Nacional, Entidades da Sociedade Civil e Religiosa). Ao longo de três anos envolveram-se na produção das obras (total 11500 páginas originais) **75** especialistas (autores, colaboradores, consultores e coordenadores), dos quais **40 (53,4%) doutores, 22 (29,3%) mestres e 13 (17,3%) licenciados**, vários dos quais, mestres e licenciados, com projetos de doutoramento em curso. Todas as obras foram cedidas ao ME-RDTL, prescindindo os autores dos respetivos direitos de autor, conforme acordos previamente estabelecidos. Tratou-se de uma equipa dinâmica que apesar do intenso trabalho desenvolvido não descuroou outros aspetos da sua atividade profissional, por exemplo graduação académica, e vida pessoal (**Anexo IV**).

A produção científica associada a este Projeto também merece destaque. Foram apresentadas várias Comunicações e Conferências em eventos científicos nacionais e internacionais e foram

publicados 12 artigos em revistas científicas e Atas de Congressos internacionais (ver **Anexo V**).

Destaque-se também o papel da FCG em todo o processo, para que o projeto pudesse ser concluído segundo o calendário proposto. O acompanhamento dispensado em momentos cruciais de tomada de decisões sobre disciplinas do Plano Curricular, a articulação com a equipa da Universidade do Minho responsável pelo Currículo do 3.º Ciclo do Ensino Básico, a realização de Missões conjuntas em Timor-Leste e, em particular, a realização de reuniões com a coordenação executiva, quer na sede da FCG, quer na Universidade de Aveiro, em muitas das quais participaram também representantes do IPAD, primeiro, e do Camões, IP, depois, foram importantes para a tomada de decisões e aferição de calendário de entrega de Programas, Manuais e Guias e, ainda, marcação de datas de realização de Missões Técnicas em Timor-Leste.

2. Durante a execução deste Projeto e, em particular, no acompanhamento das Missões técnicas realizadas em Timor-Leste, envolvendo responsáveis do Ministério da Educação, Professores, visitas a Escolas, reuniões com os Formadores Portugueses do PFICP, Coordenador Geral e Coordenadora Adjunta Científico-Pedagógica para o Ensino Secundário do PFICP, pudemos constatar a existência de muitos aspetos a carecerem de atenção especial para que a implementação do ESG possa concretizar-se com êxito.

O Plano Curricular do ESG, elaborado e aprovado pelo Governo e pelo Parlamento Nacional, estabelece as disciplinas de cada variante de estudos (C&T e CS&H), o número de tempos letivos semanais e a duração de cada um deles. Nos Programas das disciplinas estão discriminados, por ano de escolaridade, as Unidades Temáticas, as Metas de Aprendizagem e propostas de Atividades a desenvolver *com e pelos* alunos. Apresentam-se ainda orientações metodológicas para a gestão dos programas e avaliação de aprendizagens dos alunos. Orientações mais específicas, por cada ano de escolaridade, são apresentadas e fundamentadas no Guia do Professor, bem como a bibliografia de apoio e de aprofundamento mais relevante. O Manual do aluno constitui o documento base orientador do estudo e tarefas a desenvolver pelos alunos, individualmente e em grupo. A articulação prevista pelas equipas de autores de todas as disciplinas, dos três instrumentos (Programa, Manual e Guia) deve ser rentabilizada pelos professores. Para isso é necessário proceder à distribuição atempada dos três, antes do início do ano letivo, para que possam familiarizar-se com todos eles, estudá-los e partilhar interpretações com outros colegas e professores formadores acompanhantes. **A formação de professores sobre o Programa, o Manual e o Guia é uma tarefa que precisa**

de ser melhorada e aprofundada. É desejável que o período de formação seja iniciado antes de os professores se verem confrontados com a lecionação propriamente dita. Para que esta formação possa ser exigente também é necessário que os professores disponham de condições (tempo e distância do local) para a frequentar. Dispensar parcialmente os professores da componente letiva seria uma medida que poderia incutir responsabilidade pela própria formação e surtir efeito. Todos os professores, de todos os Distritos deveriam ter acesso à formação. Nenhum professor, de nenhuma disciplina, deve ser deixado para trás. Manter os professores por disciplina de um ano para o outro é fundamental para melhorar o desempenho e credibilizar a própria formação.

3. A formação em Língua Portuguesa é crucial para a implementação do ESG, pois trata-se da língua oficial de ensino e todos os documentos (Programas, Manuais e Guias) estão escritos em Português. É necessário continuar a investir nesta formação para aumentar o conforto e confiança dos professores no seu desempenho profissional. Sugere-se que nesta fase de alguma fragilidade dos professores no domínio do Português, possa existir em cada Escola Secundária, um formador português residente para Língua Portuguesa, o qual poderia ser considerado parte integrante do corpo docente. Este professor poderia apoiar também a direção na organização e gestão da Escola. Os formandos seriam organizados em grupos, por níveis de competência linguística, e o programa de formação em língua portuguesa seria “desenhado à medida”.

4. A decisão do ME-RDTL da implementação do ESG no ano letivo de 2012, dando início ao 10.º ano de escolaridade, ao mesmo tempo que se iniciava a implementação do 7.º ano de escolaridade, foi uma decisão arriscada, dado não estarem reunidos os pressupostos previstos na elaboração do novo Currículo do ESG, isto é, os alunos deveriam ter bases conceituais para saberem optar por uma das variantes consideradas, C&T ou CS&H, e preparados para seguir os novos programas. Também não tinha havido formação de professores para o novo 10.º ano de escolaridade, exceto para 24 professores se frequentaram na Universidade de Aveiro, em outubro – novembro um curso intensivo de seis semanas. Em janeiro de 2012 os Manuais, Guias e Programas não tinham sido impressos nem distribuídos pelas escolas e as direções de escola não tinham instruções de como proceder. Só no final do 1.º trimestre algumas escolas receberam alguns materiais. No ano seguinte, 2013, a situação foi ainda mais desviante da norma. Os alunos do 11.º ano continuaram a seguir os Manuais de 10.º ano, e os Manuais,

Guias e Programas respetivos ainda não estavam impressos, em junho de 2013. Também os equipamentos recomendados (bibliotecas, laboratórios de ciências e de multimédia) não foram instalados. Perante esta situação verdadeiramente preocupante, **consideramos ser urgente definir um plano faseado de implementação no novo ESG**. Não tendo havido a opção por um período de experimentação em algumas escolas, seguido de avaliação e posteriormente generalização, considera-se necessário definir as temáticas essenciais dos programas de 10.º, 11.º e 12.º ano, de modo a poderem ser elaborados os exames nacionais do 12.º ano em 2014. Não é expectável que os alunos possam cumprir, nas condições descritas, a totalidade dos programas dos três anos e é necessário garantir o mínimo de equidade dos alunos nas condições de avaliação. Para definir o Currículo essencial será necessário constituir uma equipa boa conhecedora dos programas na sua totalidade. Todos os professores deverão ter acesso a essa informação no início do ano letivo. Este procedimento seria repetido e estendido no ano seguinte. Só em 2015 entrarão no ESG alunos provenientes do novo Ensino Básico, mas também esses terão tido grandes limitações no acesso aos recursos didáticos correspondentes.

Como **nota final** gostaríamos de salientar que uma reestruturação curricular é sempre uma tarefa muito exigente para Professores e Escolas, implicando muito esforço de todos e, por isso, é indispensável existir apoio explícito por parte dos responsáveis do sistema educativo. Nenhuma reforma se concretiza por decreto pelo que é necessário proporcionar condições aos professores para se prepararem para a executar. O novo Plano Curricular e respetivos programas do ESG, isto é, os instrumentos de política educativa de Timor-Leste existem, bem como recursos didáticos para alunos e professores, os quais representam vias para a sua concretização. A elaboração de todos eles foi uma tarefa que exigiu muito trabalho a uma equipa multidisciplinar de especialistas com elevada preparação científica. Criar condições aos professores Timorenses para se apropriarem destes documentos e saberem usá-los com os seus alunos é uma tarefa extremamente mais exigente.

Timor-Leste escolheu fazer avançar o seu sistema educativo, e escolheu bem. Mas será necessário que todos os responsáveis políticos e membros da sociedade civil e religiosa se envolvam na sua concretização. O caminho da Educação é o caminho para o Desenvolvimento.

Agradecimentos

Cumpre-nos salientar o apoio sempre atempado prestado pela FCG: (i) na coordenação geral e acompanhamento institucional permanente de todo o processo; (ii) na resolução de problemas que um projeto desta natureza necessariamente acarreta, alguns imprevisíveis como foi a 'extensão' do Plano Curricular de 12 para 14 disciplinas; (iii) na preparação das agendas das missões em Timor-Leste e das sugestões sobre contactos a estabelecer; (iv) no cuidado posto nas reuniões de trabalho conjuntas; e (v) na gestão financeira do Projeto, dado que houve necessidade de reorganizar as despesas por rubricas devido a algumas estarem suborçamentadas ou mesmo não contempladas (caso da impressão teste dos Manuais). Aqui fica a manifestação sincera do nosso apreço. Agradecemos também a confiança depositada em toda a equipa técnica bem como o desafio lançado para levarmos em frente este ambicioso Projeto.

Ao Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP manifestamos o nosso agradecimento pelo apoio financeiro que tornou possível a concretização deste projeto nas suas diversas vertentes. O financiamento disponibilizado para que 40 membros da equipa pudessem deslocar-se a Timor-Leste, trabalhar com professores das equipas homólogas, visitar escolas, conhecer e conversar com alunos, professores e responsáveis educativos foi um fator determinante para ajustar melhor os Recursos didáticos produzidos à realidade de Timor-Leste.

Agradecemos também a todas as Entidades que nos receberam em Timor-Leste e que nos facultaram elementos e informações sobre a realidade educativa Timorense que permitiram o melhor ajuste dos produtos do Projeto aos seus destinatários. Estão neste caso Organizações governamentais e não governamentais, da Sociedade civil e eclesial, aos Serviços do Ministério da Educação de TL, aos Diretores de Escolas visitadas, aos professores, aos quadros técnicos do ME-RDTL e a muitos outros. Um agradecimento particular à Embaixada de Portugal em Díli, por todas as informações dispensadas e pelo acolhimento e apoio que sempre manifestou para tornar possível a execução deste Projeto.

Isabel P. Martins

Ângelo Ferreira